



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



PROCESSO	10880.905008/2020-10
ACÓRDÃO	1202-001.416 – 1ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	12 de setembro de 2024
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	PROCOMP INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA.
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Normas de Administração Tributária

Ano-calendário: 2015

COMPENSAÇÃO. SALDO NEGATIVO DO IRPJ. COMPROVAÇÃO DA RETENÇÃO.INEXISTÊNCIA.

A comprovação da retenção pela fonte pagadora do percentual correspondente ao IRFF utilizada pelo beneficiário na apuração do saldo negativo do IRPJ, dar-se-á como regra geral pelo informe de rendimentos e retenção fornecido pela fonte pagadora. Na ausência desse, outros elementos probantes podem ser acatados desde que demonstrem de forma inequívoca a retenção pleiteada. Planilhas desacompanhadas de lastro documental não são hábeis a atestar os valores questionados.

ACÓRDÃO

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Assinado Digitalmente

Leonardo de Andrade Couto – Presidente e Relator

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Mauricio Novaes Ferreira, André Luis Ulrich Pinto, Roney Sandro Freire Correa, Fellipe Honorio Rodrigues da Costa e Leonardo de Andrade Couto (Presidente). Ausente momentaneamente a Conselheira Miriam Costa Faccin.

RELATÓRIO

Trata o presente de PER/DCOMP (09253.37270.230916.1.3.02-8804) pela qual o sujeito passivo requer o reconhecimento do saldo negativo do IRPJ apurado em 31/12/2015 no valor original de R\$ 7.150.409,46 para compensação com diversos débitos de acordo com as informações contidas no referido documento.

Em primeira apreciação, foi prolatado Despacho Decisório eletrônico (nº de rastreamento 2788656) pelo qual deixou de ser acatada, por falta de comprovação, uma parcela do imposto retido, no montante de R\$ 195.556,56; utilizada na composição do crédito pleiteado.

O sujeito passivo interpôs Manifestação de Inconformidade pela qual traz, em síntese, as seguintes razões de defesa (parte transcrita do texto):

- A requerente declarou possuir relatórios contábeis, comprovantes bancários dos pagamentos realizados pelos tomadores de serviços, que demonstram as retenções questionadas pela auditoria. Para tanto, juntou planilha com separação dos CNPJs, notas fiscais e retenções, bem como os extratos bancários;

- “Dessa maneira, após novas análises dos casos, verifica-se que a impugnante, em realidade, sofreu a retenção, por parte do tomador e não confirmados pela RFBR, no valor principal de R\$ 186.906,44, destacando que lá estão incluídos os códigos 3426, 6190, 6147 e 1708”;

- “Ainda em análise minuciosa, verifica-se que há a necessidade de novo recolhimento, mas com valor diferenciado. Assim por compensar erroneamente de valores cujo as retenções não ocorreram a impugnante aceita a premissa de novo pagamento para a devida constituição de crédito em compensação. Dessa maneira, após novas análises dos casos, verifica-se que a impugnante, em realidade, deve recolher o valor principal de R\$ 4.665,64 (quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Reafirma-se que na planilha de apresentação (Doc. 01), há um resumo de valores explicativo com as informações de composição de pagamento”;

- “Ainda em análise, percebe-se que a manifestante, por equívoco, apresentou em suas declarações de compensação, pagamentos em CNPJ diferente do que, necessariamente, ocorreu a retenção. Assim, encarecidamente, a interessada solicita por prazo adicional para que possa prosseguir com as devidas retificações e a, dessa maneira, a correta demonstração de valores pagos a seu devido correspondente. Em análise, verificou-se que há a necessidade de retificar uma soma total de R\$ 3.984,48 (três mil, novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) declarados em outros CNPJs”; declarados em outros CNPJ’s.”.

A Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil 04 prolatou o Acórdão 104-001.203 pelo qual ressalta negou provimento à manifestação de inconformidade com as seguintes observações;

- Registra que não foram apresentados extratos bancários.
- Confirma que não houve contestação de uma parcela no montante de R\$ 4.665,64 referente à fonte pagadora de CNPJ 72.257.793/0001-30
- No que se refere ao pedido de retificação por alegadamente ter sido declarado em outro CNPJ (fontes pagadoras de CNPJ: 01.701.201/0001-89, 34.270.520/0001-36 e 28.127.603/0001-78) no valor total de R\$ 3.984,48; esclarece que não pode ser acatado pela impossibilidade de retificação do PER/Dcomp após instaurado o procedimento administrativo.
- Em relação às fontes pagadoras de CNPJs 17.298.092/0001-30, 00.509.018/0001-13, 47.508.411/0001-56, 17.184.037/0001-10, 00.509.018/0001-13, 08.357.240/0001- 50, 04.902.979/0001-44 e 59.949.362/0001-76 com glosas totais ou parciais, aduz que o contribuinte trouxe relação (abas da planilha denominadas cases 2, 3, 10, 18, 19, 20, 22 e 24) em planilha com as notas fiscais, com número de emissão, vencimento, data de retenção e código de retenção que não suficientes para comprovar a retenção pleiteada.

Devidamente cientificada, a interessada apresentou recurso voluntário ratificando em essência as razões expedidas na Manifestação de Inconformidade. Informa que está apresentando dossiê com notas fiscais e extratos bancários com informações que demonstrariam as retenções efetuadas.

Solicita, caso os documentos sejam considerados insuficientes, a conversão do julgamento em diligência.

É o relatório.

VOTO

Conselheiro Leonardo de Andrade Couto, Relator

O recurso é tempestivo e preenche as demais condições de admissibilidade, motivo pelo qual dele conheço.

A questão sob exame trata de juízo de valoração probante em relação à comprovação da retenção, pela fonte pagadora, de parcela do IRRF utilizada na composição do saldo negativo do IRPJ pleiteado em pedido de compensação.

Como já explicitado no Relatório, em primeira apreciação, foi prolatado Despacho Decisório eletrônico pelo qual deixou de ser acatada, por falta de comprovação, uma parcela do IRRF retido, no montante de R\$ 195.556,56; utilizada na composição do crédito pleiteado.

Parte desse valor no montante de R\$ 4.665,64 foi admitido como não comprovado pela recorrente. Restaria na lide um valor de R\$ 186.906,44 que, segundo a defesa, corresponderia a um montante efetivamente retido, mas não confirmado pela RFB, e outro valor de R\$ 3.984,48 em relação ao qual a recorrente teria equivocadamente informado na DCOMP CNPJs diferentes daqueles pelos quais teria efetivamente ocorrido a retenção.

Foram apresentadas notas fiscais e extratos bancários que, segundo a recorrente, atestariam os valores questionados. De imediato, importa deixar claro que os valores a serem demonstrados correspondem às retenções efetuadas por algumas fontes pagadoras, que restaram incomprovadas no comparativo da DCOMP com as DIRFs nos termos do Despacho Decisório. Não se trata aqui de demonstrar que houve o efetivo pagamento e/ou a apropriação da receita correspondente.

Sob esse prisma, o elemento padrão para demonstrar o valor retido é o Comprovante de Retenção fornecido pela fonte pagadora. A recorrente não trouxe aos autos qualquer documento dessa natureza.

Foram apresentadas planilhas que, segundo a defesa, conteriam os dados das notas fiscais, também anexadas, correspondentes aos valores questionados. Além disso foram trazidos aos autos extratos bancários e uma tabela que, conforme alegado, representaria um extrato da ECF.

As planilhas, individualmente, não têm valor probante a não ser que acobertadas por documentação hábil e idônea. Nesse aspecto, os extratos bancários não servem como prova. Não houve a identificação dos lançamentos que correspondessem às retenções questionadas – pois é disso que trata a lide – até porque seria difícil consegui-lo eis que cabe à fonte pagadora reter e recolher o tributo.

Registrando que, no âmbito deste colegiado, nos termos da Súmula CARF nº 168 não há óbice para análise do direito creditório após o Despacho Decisório quando demonstrada o erro de fato no preenchimento do PER/DCOMP, passo a analisar as razões de defesa.

Quanto às notas fiscais, foram apresentadas apenas referentes ao CNPJ 00.509.018/0001-13 e alguns documentos relativos a aplicações financeiras no CNPJ 60.701.190/4816-09.

Não identifiquei no Despacho Decisório algum valor sob questionamento no CNPJ 60.701.190/4816-09. Retenções questionadas relativas a aplicações financeiras foram identificadas sob o CNPJ 17.298.092/0001-30, código 3426, no valor de R\$ 149.454,28, tidas como não comprovadas.

Pelo exame das notas fiscais referentes ao CNPJ 00.509.018/0001-13 não foi possível estabelecer qualquer vínculo entre esses documentos e aqueles relacionados nas planilhas o que dificulta a aceitação das razões de defesa.

Lembrando que o valor informado na DCOMP foi R\$ 1.052.469,22; tendo sido confirmado R\$ 1.026.615,10 e restando na lide apenas um montante de R\$ 21.968,04; caberia ao sujeito passivo apresentar razões específicas para justificar essa diferença.

Muitas das notas fiscais relacionadas nas planilhas se referem ao ano de 2014, ressalvando que pleito se refere ao ano- calendário de 2015. Mesmo que, por hipótese, esses documentos pudessem ser associados aos valores questionados, ter-se-ia em tese um vício de competência na apropriação das retenções que poderia justificar - mas não necessariamente dar razão à recorrente – a diferença entre a Dcomp e a DIRF. O sujeito passivo deveria esclarecer o porquê desse procedimento.

Quanto aos demais valores questionados, a ausência de documentação de lastro enfraquece o valor probante das planilhas. Tome-se como exemplo o já mencionado CNPJ 17.298.092/0001-30, referente ao código 3426, no valor de R\$ 149.454,28; que representa individualmente o maior valor pleiteado e integralmente não acatado no Despacho Decisório.

Corresponde a retenções na fonte sobre aplicações financeiras de renda fixa. A planilha correspondente a esse CNPJ não guarda qualquer consonância com os poucos extratos bancários apresentados. A transação informada na planilha é “Resgate Aplicação CDB”. Considerando que o resgate de aplicações ocorre via de regra pelo valor líquido, sem o comprovante de rendimentos fornecido pela instituição financeira sequer é possível saber se os valores informados referem-se efetivamente às retenções ou aos próprios rendimentos.

O pedido de diligência não merece ser acatado. Manifestou-se a recorrente nos seguintes termos:

Em arremate, caso, *ad argumentandum*, os documentos que vierem a ser carreados aos autos pela Recorrente antes do julgamento do presente Recurso Voluntário não sejam considerados suficientes para fazer prova do saldo negativo em apreço, caberá ao colegiado, no mínimo, a conversão do julgamento em diligência fiscal, a fim de que as autoridades preparadoras possam, com suporte nos documentos apresentados, proceder à análise do conjunto probatório e se manifestar sobre o saldo negativo.

Ora, este julgador exerceu seu mister e analisou os documentos trazidos na defesa constatando a ausência de força probatória, o que foi claramente justificado neste voto. Não há razão para procedimentos protelatórios ainda mais quando, ressalte-se, a ausência dos comprovantes de retenção imputou ao sujeito passivo a responsabilidade de suprir essa falta com elementos sólidos de prova do alegado o que não foi feito a contento,

Pedidos de vinculação de pagamento devem ser dirimidos no âmbito da autoridade responsável pela execução do acórdão.

De todo o exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

Assinado Digitalmente

Leonardo de Andrade Couto